

Identificação do Órgão/ Unidade;

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – Secretaria de Gestão de Pessoas - Junta Médica Oficial

E-mail para contato e envio de informações;

sgp.juntamedica.oficial@tjpe.ius.br

Nome da Prática (iniciativa/projeto)

Licenças Psiquiátricas Acompanhadas

Tema e subtema escolhido;

Valorização e Ambiente de Trabalho

Promoção de Saúde

Nome do responsável e/ou da equipe (cargo/função);

Suely Martins Leite- Técnico Judiciário/ Gerente

Marcos Antônio Araújo Almeida – Analista Judiciário/ Médico

Flávio Hilton Feijó Cavalcanti Silva- Analista Judiciário/ Médico

Carlos Henrique e Melo Figueiroa- Analista Judiciário/ Médico

Joelma Lapenda Lopes da Silva- Analista Judiciário/ Assistente Social

Melina Medeiros de Miranda Lima- Analista Judiciário/ Psicóloga

Delimitação da Ação

Acompanhamento dos servidores/magistrados afastados por licença médica psiquiátrica há mais de 90 dias, por equipe multidisciplinar, com abordagem biopsicossocial, desenvolvendo ações que favoreçam o retorno ao trabalho após licenças médicas psiquiátricas.

Objetivos e Metas

Promover a saúde e diminuir o número de licenças por transtornos psiquiátricos, como consequência, reduzir o índice de absenteísmo, conforme preconiza resolução n. 240 de 09 de setembro de 2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Favorecer a reintegração do servidor/magistrado, e proporcionar um melhor entendimento sobre o transtorno psiquiátrico pela equipe de trabalho.

Detalhamento da prática

- Identificação do Problema

O Projeto Licença Psiquiátrica Acompanhada foi pensado em 2014, após análise de dados estatísticos que apontavam o transtorno psiquiátrico como a primeira e maior causa de afastamentos no Tribunal de Justiça do estado de Pernambuco - TJPE. O projeto é implantado em janeiro de 2015 como ação em saúde e como resposta ao alto índice de afastamentos apresentados. Com isso, a ação teve e tem como objetivo a diminuição de licenças e afastamentos por transtornos psiquiátricos.

- Métodos e Técnicas adotadas no desenvolvimento das ações

De forma pioneira a Junta Médica Oficial propõe o acompanhamento dos servidores em licença médica psiquiátrica por equipe multidisciplinar. Médicos, assistentes sociais e psicólogos através de uma abordagem biopsicossocial, atuando em conjunto, visando identificar os fatores que influenciam e interferem no processo saúde/doença. Busca-se, portanto, promover o retorno do servidor a um ambiente laboral hígido e favorável a sua recuperação.

Fases do Projeto de Licença Psiquiátrica Acompanhada:

Critério de Inclusão

São incluídos servidores com diagnóstico de transtorno psiquiátrico e tempo total de licença médica superior a 90 dias no período de um ano. O critério utilizado para início de acompanhamento considera o tempo mínimo de afastamento laboral de 90 (noventa) dias, pois é o período estabelecido em instrução normativa do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nº 13/2018 art. 37.

1. Atendimento Médico pericial;

Uma vez preenchido os critérios de inclusão o servidor é agendado para junta médica deste Tribunal. No atendimento inicial, após a anamnese, exame físico e concessão da licença médica, de forma integral ou parcial, a partir do atestado do médico assistente, é elaborado o seguinte plano de ação:

1.1 Solicitação de laudo circunstanciado de médico assistente;

Tem a finalidade de auxiliar a Junta Médica na compreensão da história clínica do periciando, estabelecer o início do acompanhamento especializado, além de conhecer as terapêuticas instituídas durante o tratamento.

1.2 Encaminhamento para Junta médica psiquiátrica;

Composta por no mínimo 2(dois) psiquiatras, tem a finalidade de emitir parecer especializado sobre o quadro clínico do periciando, hipóteses diagnóstica e prognóstico. Em sua conclusão, poderá ratificar o diagnóstico do médico assistente, bem como considerar diagnósticos alternativos.

1.3 Encaminhamento para equipe psicossocial;

Compete a equipe psicossocial, composta de assistente social e psicóloga, elaborar relatórios que subsidiem as decisões da junta médica. São considerados os diversos fatores que interferem no processo saúde/doença tais como contexto familiar, ambiente de trabalho, relacionamentos interpessoais e perfil psicológico do periciando. A equipe também acompanha a adesão ao tratamento proposto por médico assistente e quando necessário, faz encaminhamentos a outros serviços de saúde. (Psicoterapias, atendimentos psiquiátricos, CAPS, etc.) Caso necessário, a avaliação psicológica utilizará ferramentas como: testes projetivos e escalas (Rorschach, Pirâmides de Pfister, e outros). O acompanhamento psicossocial utilizará - conforme as especificidades de cada caso - ferramentas de análise como: observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais.

2. Retorno a Junta Médica para decisões

Após todos os subsídios dados pela psiquiátrica e acompanhamento psicossocial o processo terá retorno à junta médica, para análise e definição que o caso requer. Em análise, a junta médica poderá decidir pela alta do periciando que será dada quando da ausência de novos atestados e reintegração ao ambiente de trabalho. Os casos refratários ao tratamento - de prognóstico reservado – terão indicação de aposentadoria por invalidez, após o período de 2 (dois) anos de afastamento. Este prazo pode ser reduzido em casos específicos.

- Resultados e benefícios alcançados

Com a implantação do Projeto Licenças Psiquiátricas Acompanhadas, obteve-se como resultados a diminuição de dias de licenças médicas psiquiátricas. Em dados coletados no acompanhamento de 60 (sessenta) servidores/magistrados foi constatado que antes do projeto o número médio de dias de licenças era de 18 (dezoito) dias / ano, por servidor/magistrado e após a inserção do servidor/magistrado no projeto houve uma redução para 2 (dois) dias / ano de afastamento por licença médica psiquiátrica. Dados extraídos dos prontuários médico pericial e ficha funcional (**Gráfico – 1**)

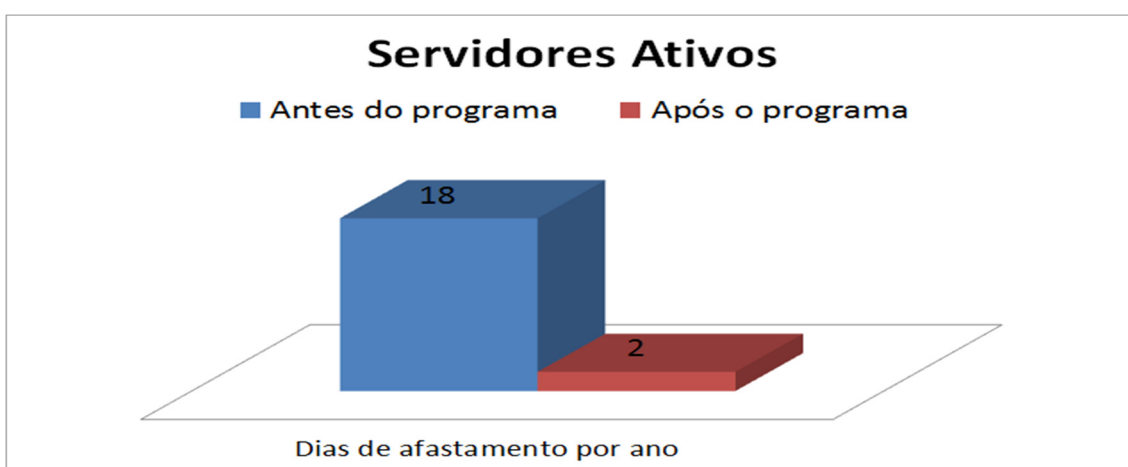


Gráfico – 1

Após o projeto, com base no acompanhamento dos 60 (sessenta) servidores/magistrados, 64% do servidor/magistrado continuam ativos, 18% continuam em acompanhamento, 15% foram aposentados por invalidez, 1% foram demitidos e 2% está em licença sem vencimento. Dados extraídos dos prontuários médico pericial e ficha funcional (**Gráfico – 2**)

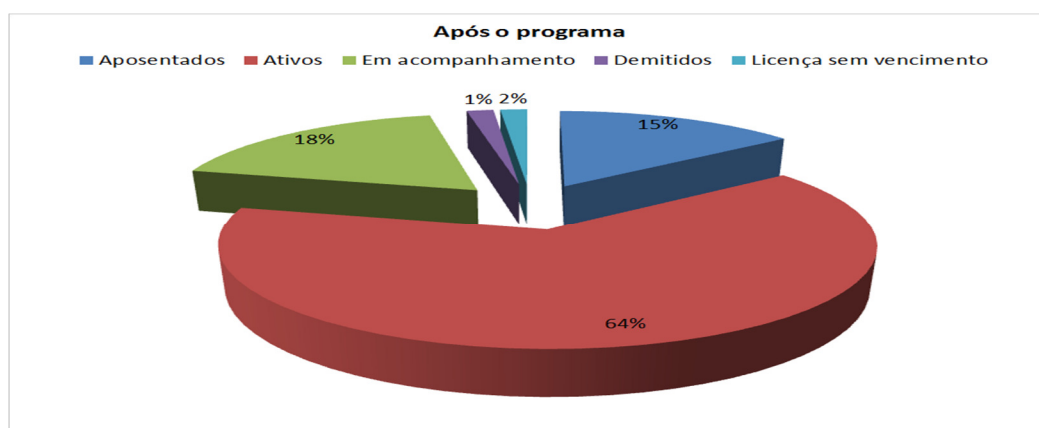


Gráfico – 2

Como benefícios: Diminuição do absenteísmo, promoção de saúde do servidor, entendimento sobre o adoecimento psíquico pela equipe de trabalho favorecendo o relacionamento interpessoal e reintegrando o servidor às atividades laborativas.

- Custos e recursos envolvidos na implementação

Não houve custos adicionais na implementação do projeto. A equipe foi reestruturada com a lotação de assistentes sociais e psicólogos adicionados a unidade de perícias médicas administrativas.

- Características inovadoras da prática

Equipe multiprofissional (médico perito, assistente social e psicólogo) atuando em conjunto com a junta médica;

A integração e comprometimento da família e da equipe de trabalho no processo de retorno do servidor/magistrado ao trabalho.

- Tempo de implementação

Janeiro de 2015 até a presente data.

- Dificuldades encontradas durante a implementação, se houver, e como foram superadas

Sistema informatizado não adequado para registro e análise dos dados coletados. Utilizamos uma planilha em Excel para registro de todos os dados considerados relevantes para a análise do projeto.

- Potencial de replicação da prática em outros órgãos

O projeto é considerado de fácil replicação, por utilizar recursos humanos e infraestrutura física já disponíveis na própria instituição, como: médicos peritos, psicólogos, assistentes sociais, e o espaço físico da própria perícia administrativa.